



QUEM SÃO OS PROFESSORES DE SOCIOLOGIA DE PERNAMBUCO? Uma caracterização a partir do Censo Escolar de 2019

Artur Santos de Souza Silva¹

Resumo

Este trabalho, de caráter exploratório, busca caracterizar os professores de Sociologia do Estado de Pernambuco a partir do Censo Escolar de 2019. Partindo dos microdados disponibilizados pelo INEP, debruçar-nos-emos, principalmente, nas seguintes variáveis: sexo, raça/cor, curso de formação, dependência administrativa e tipo de contratação. O objetivo é, a partir delas, identificar os desafios e obstáculos para o ensino de Sociologia e para a consolidação da disciplina. Notamos, a partir da análise dos dados apresentados, que o estado tem o menor número (proporcionalmente) de professores de sociologia com formação adequada do Nordeste. Além disso, conta com mais da metade desses professores sob regime de contrato temporário. Ambas as características são consideradas, por trabalhos afins, como obstáculos para o ensino e para a consolidação da Sociologia como disciplina escolar.

Palavras-chaves: Professores de Sociologia. Censo Escolar. Ensino de Sociologia. Formação docente.

¹ Estudante de licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. *E-mail:* artursantos.s@outlook.com

Who are the sociology teachers from the state of Pernambuco: A characterization out of the 2019 School Census

Abstract

This exploratory paper aims to characterize the sociology teachers of the state of Pernambuco stem from the 2019 School Census. Based on the microdata provided by INEP we will focus mainly on the following variables: sex, race/colour, higher education, administrative dependency and type of contract. The objective is to identify the challenges and obstacles for the teaching of sociology and for the consolidation of the discipline, starting from these variables. We noticed, from the analysis of the data provided that the state has the lowest (proportionally) number of sociology teachers with adequate training in the Northeast region. In addition, it has more than a half of these teachers on a temporary contract basis. Both characteristics are considered by related works as obstacles for teaching and for the consolidation of Sociology as a school discipline.

Keywords: Sociology Teachers. School Census. Sociology teaching. Teacher training.

INTRODUÇÃO

Ao observarmos a história da Sociologia como disciplina escolar, conseguimos notar suas características próprias: uma delas é que foi antes introduzida na Educação Básica para só depois ter presença na Educação Superior, o que contribuiu para que ela tivesse, primordialmente, professores que não eram formados na área (aspecto que perdura até hoje, como veremos); e, por fim, a intermitência. Entre suas idas e vindas, foi com a Lei nº. 11.684/08 que a Sociologia retornou como disciplina obrigatória na Educação Básica.

Conhecer a história da Sociologia é importante para entendê-la como disciplina escolar, conhecendo os variados contextos à época de suas exclusões e reinserções. Tão importante, porém, é entender quem são os professores, os agentes socializadores dos conteúdos das Ciências Sociais no Ensino Médio (VICENTE e SILVA, 2014).

Este trabalho buscará caracterizar os professores de Sociologia do estado de Pernambuco a partir dos microdados do Censo Escolar de 2019, disponibilizados pelo

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), utilizando as variáveis sexo, raça/cor, curso de formação, dependência administrativa e tipo de contratação. Essa caracterização dar-se-á a partir do uso de estatísticas descritivas, organizadas em tabelas de frequência. Ao apresentar os dados, pretendemos tecer breves comentários e análises que ajudem a interpretá-los. Ao fim, objetivamos – principalmente a partir das três últimas variáveis – identificar os desafios e obstáculos para o ensino e consolidação da Sociologia como disciplina escolar.

1

METODOLOGIA

Os dados apresentados a seguir são oriundos do Censo Escolar de 2019 – o mais recente – realizado pelo INEP. Para além do infográfico, do resumo técnico e das sinopses estatísticas, o Instituto disponibiliza os chamados microdados. Esse conjunto de dados “se constituem no menor nível de desagregação de dados recolhidos por pesquisas, avaliações e exames realizados” (INEP, 2020). No caso específico do Censo Escolar, os dados disponibilizados são a respeito das matrículas (separadas regionalmente), das escolas, dos gestores, das turmas e dos docentes (também separados regionalmente). É sobre esse último conjunto que iremos nos debruçar.

Os dados foram operacionalizados no software SPSS 25 – Statistical Package for the Social Sciences. Seguindo as instruções disponibilizadas pelo INEP junto aos microdados, importamos para o software o banco de dados referente aos docentes do Nordeste, que contém dados de todos os professores da região. Para realizar o filtro e criar um novo banco de dados mais adequado ao interesse do trabalho – referente apenas aos professores de sociologia de Pernambuco – utilizamos a ferramenta “recodificação automática”² para a variável “CO_UF” (referente ao estado de atuação do professor), atribuindo o valor 6 para o estado de Pernambuco; após isso, utilizando a ferramenta de seleção de casos, aplicamos a seguinte condição: “(CO_UF=6) &

² A ferramenta “reconfiguração automática” atribui um valor a cada uma das possíveis variações de uma variável, o que facilita a sua operacionalização no software e organização do banco de dados. No caso específico da variável “CO_UF”, cada estado assumiu um valor; Pernambuco, por exemplo, correspondeu ao valor 6. Assim, pudemos aplicar o filtro que foi descrito.

(IN_DISC_SOCIOLOGIA=1)”. Dessa forma, obtivemos, como casos válidos, os professores de Sociologia do estado de Pernambuco. Exportamos, então, os dados selecionados, criando um novo arquivo/banco de dados.

Em uma primeira análise, notamos que o ID Docente (ou o código de identificação do docente) se repete de acordo com a quantidade de turmas nas quais o professor leciona; ou seja, uma mesma pessoa aparece mais de uma vez. Para as tabulações que seguem, utilizamos a ferramenta de identificação de casos duplicados, considerando apenas o último caso para evitar duplicidade. Dessa forma, na ferramenta de seleção de casos, utilizamos “(PrimaryLast = 1)” durante todo o trabalho.

Para organização e análise dos dados, utilizaremos da estatística descritiva, apresentando-os em tabelas de frequência. Essa escolha nos parece de acordo com as intenções do trabalho, haja vista que pretendemos traçar um perfil dos professores de Sociologia do estado de Pernambuco.

2

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para traçar o perfil dos professores escolhemos as seguintes variáveis: sexo, raça/cor, formação superior, dependência administrativa e tipo de contratação. A escolha das variáveis se justifica em alguns aspectos. Primeiro, se é a intenção deste trabalho traçar um perfil dos professores de Sociologia, parece apropriado analisar a distribuição dos docentes em termos de Sexo e Raça/Cor e suas implicações. Segundo, as demais variáveis ajudam a entender algumas das condições práticas do trabalho do docente, permitindo-nos fazer os apontamentos sobre a identidade docente, as dificuldades do trabalho e a estabilidade – ou instabilidade – profissional da qual desfrutam esses professores. Além disso, essas variáveis aparecem em pesquisas e trabalhos citados no decorrer deste texto, o que só ratifica a importância de discutir esses aspectos.

Para melhor organização do trabalho, dividiremos esta seção de acordo com as variáveis utilizadas para cada tabulação.

2.1

Sexo

O primeiro aspecto analisado é a distribuição dos professores por sexo. A distribuição estadual da disciplina de Sociologia segue a tendência geral nacional. Ao traçar o perfil dos professores da Educação Básica do país, Carvalho (2018) aponta para uma característica interessante: há, em todas as etapas da Educação Básica, predominância feminina. Entretanto, a diferença diminui à medida se aproxima dos anos finais do ensino médio. Para explicar, a autora recorre a dois fatores. Primeiro, o histórico: desde o século XIX, “nas chamadas escolas domésticas ou de improvisado [...] as mulheres exerciam funções de cuidado e orientação das crianças” (VIANNA, 2001 apud CARVALHO, 2018, p. 16). Segundo, o cultural: apesar da lógica de “atribuição de ocupações por natureza masculina ou feminina, nos dias atuais, não é mais sustentável”, “existe um legado cultural ainda bastante consistente sobre a noção de gênero” (CARVALHO, 2018, p. 16). Esse legado – e as atribuições aos papéis de gênero – nos parece ser uma possível explicação dessa diferença diminuir à medida que atribuições de cuidados também diminuem com o passar das séries.

Tabela 1- Distribuição dos professores de Sociologia por sexo.

Sexo	Frequência	%
Masculino	617	39,8%
Feminino	939	60,2%
Total	1549	100%

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados do Censo Escolar 2019 (INEP, 2020)

A predominância feminina no corpo docente de Sociologia do estado de Pernambuco segue a tendência nacional da disciplina. Vicente e Silva (2014), também analisando o Censo Escolar (mas, nesse caso, de 2010), mostraram que a distribuição era, naquele censo, 59% feminino e 41% masculino. Não obstante, um outro ponto que nos parece interessante ressaltar aqui é que, como mostraram Bodart e Sampaio-Silva (2016, p. 220), essa disparidade vem diminuindo com o tempo, sendo maior a diferença quanto mais anos de docência têm os professores.

2.2 Raça/cor

Um outro aspecto que nos parece ser importante essa caracterização é a distribuição dos docentes por raça/cor, como sinalizam os trabalhos de Vicente e Silva (2014), Carvalho (2018), e Bodart e Sampaio-Silva (2019). Para Carvalho (2018, p. 20), por exemplo, a distribuição racial dos professores “leva à reflexão da diversidade cultural brasileira, que precisa ser considerada quando das definições das políticas educacionais”.

De largada, notamos o alto percentual de não declarações. Tanto Carvalho (2018) quanto Vicente e Silva (2014) destacaram esse fato em suas análises nacionais. Ambos os trabalhos sinalizam para a possibilidade de rejeição a um conjunto fechado de categorias raciais e para motivos sócio-históricos, também relacionados ao preconceito de raça, que limitam o reconhecimento e a autodeclaração racial por parte do professor.

Embora seja uma tendência nacional, o percentual de não declarações vem diminuindo. Carvalho (2018) traz essas distribuições nos anos de 2009, 2013 e 2017: 38,1%, 28,1% e 27,4% - respectivamente. Esses números, porém, estão bem abaixo dos 52% do estado, como podemos notar na tabela a seguir:

Tabela 2 - distribuição dos professores de Sociologia por raça/cor.

Raça/cor	Frequência	%
Não declarada	816	52,7%
Branca	299	19,3%
Preta	48	3,1%
Parda	358	23,1%
Amarela	2	0,1%
Indígena	26	1,7%
Total	1549	100%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Censo Escolar 2019 (INEP, 2020).

Bodart e Sampaio-Silva (2019), ao fazer essa caracterização apenas com os professores do Sociologia, desagregaram por região. Dessa forma, ao comparar o perfil racial dos professores de Sociologia de Pernambuco com os números da região Nordeste, encontramos bastante proximidade, como apresentado na tabela abaixo:

Tabela 3 - distribuição dos professores de Sociologia por raça/cor na região Nordeste e em Pernambuco.

Raça/cor	Nordeste	Pernambuco
Não declarada	54,8%	52,7%
Branca	16,9%	19,3%
Preta	3,2%	3,1%
Parda	23,9%	23,1%
Amarela	0,6%	0,1%
Indígena	0,6%	1,7%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Censo Escolar 2019 (INEP, 2020) e nos dados apresentados por Bodart e Sampaio-Silva (2019, p. 41).

As distribuições regionais e estaduais mostram uma maioria negra (pretos e pardos) dos docentes de Sociologia, pouco mais de 25%. Não obstante, assim como observam Bodart e Sampaio-Silva (2019, p. 41), “não há uma supremacia de brancos, mas também não há uma representação proporcional de pretos e pardos” se comparados com composição racial da população em geral. A saber, segundo o Censo Demográfico de 2010 – apresentado por Carvalho (2018, p. 24) –, a composição racial da população brasileira é: 47,7% branca; 7,6% preta e 43,1% parda (totalizando 50,7% negra); 1,1% amarela; 0,4% indígena; e 0,003% não declarada. Ainda segundo Bodart e Sampaio-Silva (2019), essa distribuição entre os professores de Sociologia pode ser explicada devido ao desprestígio social que recai sobre as licenciaturas, o que as tornam mais acessíveis para grupos sociais historicamente excluídos.

2.3 **Formação Superior**

A história da Sociologia como disciplina escolar revela suas peculiaridades. Para além da intermitência, a disciplina chegou antes à Educação Básica e só depois se constituíram os primeiros cursos superiores. A partir de 1920, o ensino de Sociologia “passa as ser incentivado pelas elites como o intuito de formar lideranças e criar soluções racionais e pacíficas para resolver os problemas sociais” (FEIJÓ, 2012, p. 135) e estava presente, pelo menos, nos programas do ensino secundário do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. É, porém, nos anos de 1930 que surgem os primeiros cursos de Ciências Sociais – na Escola Livre de Sociologia e Política e na Universidade de São Paulo. Ainda que a

criação dos cursos represente um passo importante para a institucionalização das Ciências Sociais no Brasil (LARAIA, 2014), a formação de professores não era prioridade, como apontado por Oliveira (2013). Ou seja, nos seus primeiros anos como disciplina escolar, a Sociologia era ensinada por professores com outras formações.

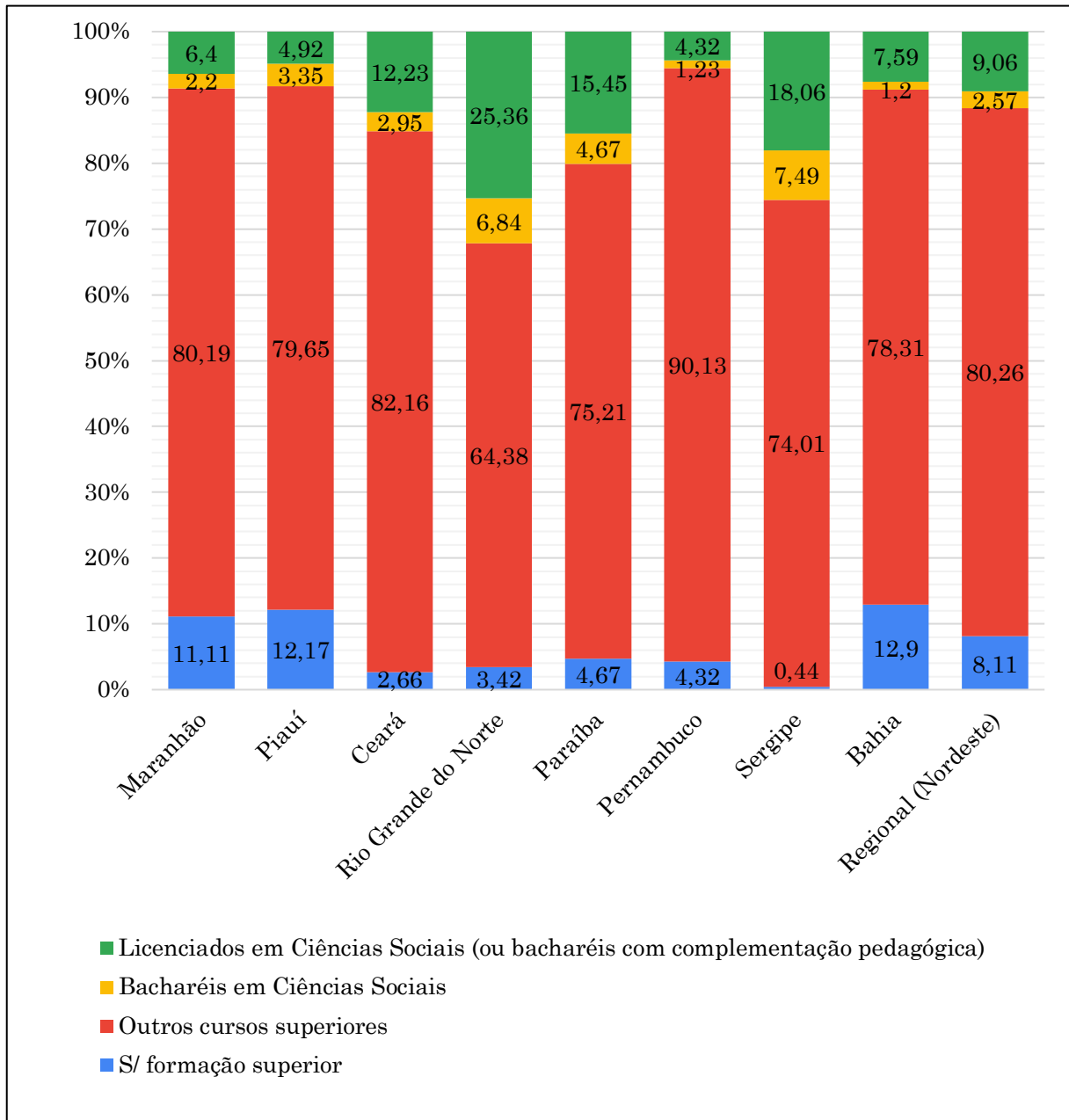
Essa característica ainda perdura, agora não mais pela falta de cursos específicos de formação docente. Analisar esse perfil de formação é importante para entender quem são os professores e quais são suas dificuldades, contribuindo, assim, para o melhor entendimento da realidade atual da Sociologia na Educação Básica. A partir daqui, é sobre esses aspectos que o trabalho se debruçará – sem a pretensão (impossível) de esgotar a discussão.

No Resumo Técnico do Censo Escolar de 2019, há o gráfico do indicador de arqueação da formação docente³. O destaque negativo fica para Sociologia, “o pior resultado é observado para a disciplina [...], em que apenas 32,2% das turmas são ministradas por professores com a formação adequada” (INEP, 2020, p.59). Para entender o cenário da região Nordeste, elaboramos o seguinte gráfico⁴ analisando a formação dos professores de cada estado da região e utilizando os critérios do INEP:

³ O INEP classifica os docentes em 5 grupos de acordo com a formação superior: o grupo 1, considerado o adequado, é constituído por profissionais licenciados ou bacharéis (com complementação pedagógica) no curso correspondente da disciplina em questão. No caso de Sociologia, considera-se a Licenciatura em Ciências Sociais e o bacharelado em Ciências Sociais ou em Antropologia, se cursada a complementação pedagógica; o grupo 2 é formado por professores bacharéis nos cursos correspondentes, mas sem complementação pedagógica; o grupo 3 por professores com outras licenciaturas; O grupo 4, por professores com outros cursos superiores; e, por fim, o grupo 5 é formado por professores sem formação superior. (BRASIL, 2014).

⁴ Os índices regional e estadual foram calculados seguindo o mesmo critério utilizado pelo INEP, explicado na nota de rodapé 2. Para tanto, utilizamos o banco original disponibilizado pelo INEP – com dados de todos os docentes da região. No SPSS, geramos a frequência da variável “CO_UF” (para ter, na saída, uma tabela com os dados já por estado) com os filtros (IN_DISC_SOCIOLOGIA=1) & (PrimaryLast=1) sempre ativados e variando a condição de (CO_CURSO_1). Para calcular o grupo 1, utilizamos “=18” para Licenciados em Ciências Sociais, “=40” para bacharéis em Ciências Sociais; “=42” para bacharéis em antropologia (valores atribuídos a cada curso após recodificação automática da variável “CO_CURSO_1”); adicionado a essa última variação, em relação aos bacharéis, geramos a frequência de “IN_COMPLEMENTAÇÃO_PEDAGOGICA”. Depois, geramos a frequência de CO_UF para ter esses números por estados. Então, sabendo a quantidade de professores que correspondem ao critério do INEP (licenciados em Ciências e os bacharéis em Ciências Sociais e Antropologia) por estado, calculamos o percentual em relação ao total de professores do estado. Para o grupo 2, somamos os bacharéis em Ciências Sociais e Antropologia sem a complementação pedagógica e calculamos o percentual relativo ao total. O grupo 5, formado por professores sem formação superior, foi calculado rodando a frequência de CO_UF com o filtro “CO_CURSO_1 = 1”, referente àqueles cuja última formação completa é o Ensino Médio), depois fazendo o cálculo do percentual relativo ao total. O agrupamento dos grupos 3 e 4 – percentual de outros cursos superiores que não os adequados, incluindo outras licenciaturas – deu-se da subtração da soma dos percentuais dos grupos 1, 2 e 5 do total de professores, depois calculando o percentual relativo ao total.

Gráfico 1 - Indicador de adequação da formação do docente de Sociologia dos estados do Nordeste.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Censo Escolar 2019 (INEP, 2020)

Como podemos perceber, apenas 5,55% dos professores de Sociologia de Pernambuco têm formação em Ciências Sociais (seja licenciatura ou bacharelado, grupos 1 e 2, respectivamente). Destacamos, também, que há tantos formados na Licenciatura em Ciências Sociais quanto professores que não têm formação

superior (ou ainda não concluída). A tabela abaixo detalha em quais cursos os professores de Sociologia são formados:

Tabela 4 - Distribuição dos professores de Sociologia por curso de formação.

Curso Superior (código do curso)	Frequência	%	% acumulada
História - Licenciatura (145F11)	557	36%	36%
Geografia - Licenciatura (145F10)	241	15,6%	51,6%
Pedagogia - Licenciatura (142P01)	139	9%	60,6%
Letras - Língua Portuguesa e Estrangeira - Licenciatura (145F17)	102	6,6%	67,2%
Letras - Língua Portuguesa - Licenciatura (145F15)	92	5,9%	73,1%
Sem formação superior	67	4,3%	77,4%
Ciências Sociais - Licenciatura (145F24)	67	4,3%	81,7%
Pedagogia (Ciências da Educação) - Bacharelado (142C01)	50	3,2%	84,9%
Ciências Biológicas - Licenciatura (145F01)	34	2,2%	87,1%
Filosofia - Licenciatura (145F08)	24	1,5%	88,6%
Letras - Língua Estrangeira - Licenciatura (145F14)	24	1,5%	90,1%
Matemática - Licenciatura (145F18)	22	1,4%	91,5%
Ciências Sociais - Bacharelado (310C02)	19	1,2%	92,7%
História - Bacharelado (225H01)	13	0,8%	93,5%
Educação Física - Licenciatura (146F15)	11	0,7%	94,2%
Outros cursos superiores	87	5,8%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Censo Escolar 2019 (INEP, 2020)

Os números encontrados a partir dos dados do Censo Escolar de 2019 não são muito diferentes dos encontrados por Zarias, Ferreira e Fusco (2017), quando analisaram os dados do Censo Escolar de 2011. Na ocasião, os autores encontraram 4,7% dos professores de Sociologia do estado com a formação na Licenciatura em Ciências Sociais, percentual maior que os atuais 4,3%. Além disso, a maioria continua sendo composta por formados em Pedagogia, História e Geografia – que, somados, representam mais de 60% dos professores. A baixa atuação de professores com a formação adequada pode ser explicada, ainda segundo os autores, pelo fato de Sociologia (assim como Filosofia) ter uma institucionalização mais recente, tendo em vista que a lei mais recente que garante a obrigatoriedade da disciplina data de 2008 – a Lei nº 11.684/08. Outrossim, as disciplinas têm “sido preferencialmente utilizadas como complementação de carga horária pelos professores de História e Geografia” (ZARIAS; FERREIRA; FUSCO, 2017, p. 55).

A falta de formação adequada representa um grande obstáculo para a qualidade das aulas da disciplina e da consolidação desta no currículo escolar. Os trabalhos de Zarias, Ferreira e Fusco (2017) e de Bodart (2018) trazem alguns apontamentos. Os primeiros, inclusive, elencam a falta de formação como “um dos principais desafios atuais, no que diz respeito à Sociologia no Ensino Médio” (ZARIAS; FERREIRA; FUSCO, 2017, p. 52).

Ao analisar as dificuldades dos professores de Sociologia de Alagoas, Bodart (2018) mostra que entre os 5 principais temas que os professores admitiram dificuldades, 3 são os teóricos clássicos (Marx, Weber e Durkheim, nessa ordem). Ao cruzar as dificuldades com a formação inicial, o autor obteve que 57,4% dos professores formados em Pedagogia têm dificuldade em um ou mais dos sociólogos clássicos; daqueles com a formação “bacharel e licenciado em Ciências Sociais”, 53,8% apontaram dificuldades em relação aos conteúdos de um ou mais clássicos; os formados na licenciatura, por fim, foram 42,8% (BODART, 2018, p. 468). Como podemos perceber, ter a formação inicial na Licenciatura em Ciências Sociais não é o suficiente para que os professores não apresentem dificuldades, entretanto, com a formação adequada, essas dificuldades diminuem.

Os relatos trazidos por Zarias, Ferreira e Fusco (2017) deixam claro que tanto professores com a formação na licenciatura quanto em outros cursos e áreas relatam dificuldades. Todavia, alguns daqueles que não têm formação inicial específica relataram que suas dificuldades diminuíram após um curso de extensão oferecido pela UFPE, em 2008, cujo público-alvo era docentes de Sociologia do ensino médio.

Ademais, a falta de formação inicial e o acúmulo de disciplinas dificultam, também, a construção de uma “identidade docente” do professor de Sociologia. Aqui, entendemos esse processo de construção da identidade segundo Pimenta (1999). Para a autora, “uma identidade profissional se constrói, pois, a partir da significação social da profissão”, assim como “da reafirmação de práticas consagradas culturalmente e que permanecem significativas” (PIMENTA, 1999, p. 19). Para tanto, é necessária a mobilização do que a autora chama de “saberes da

docência”, que são três: a experiência, o conhecimento e os saberes pedagógicos. A experiência é constituída – também – pelos saberes que “os professores produzem no seu cotidiano docente, num processo permanente de reflexão sobre sua prática” (PIMENTA, 1999, p. 20); os saberes pedagógicos são construídos no confronto entre “os saberes sobre a educação e sobre a pedagogia” e a prática dos professores (PIMENTA, 1999, 26).

É, então, no que a autora chamou de “conhecimento” que encontramos o obstáculo para a construção dessa identidade de “professor de sociologia”. Primeiro, façamos a distinção entre conhecimento e informação. Para Pimenta, “conhecer não se reduz a se informar” porque “é preciso operar com as informações na direção de, a partir delas, chegar ao conhecimento” (PIMENTA, 1999, p. 22). No caso da Sociologia, não basta expor conceitos, mas operacionalizá-los junto aos alunos, servindo como explicação da vida cotidiana, desenvolvendo a imaginação sociológica⁵. Qual seria, pois, o papel do professor? Seria a “tarefa complexa” de “discutir a questão dos conhecimentos nos quais são especialistas [...] no contexto da contemporaneidade” (PIMENTA, 1999, p. 23). Mas, como podemos ver a partir dos trabalhos citados nesta seção, há, por parte dos professores de sociologia – principalmente daqueles que não têm formação adequada – dificuldade de trabalhar esses conteúdos específicos da disciplina.

2.4 Dependência administrativa e tipo de contratação

Por fim, apresentaremos as distribuições por tipo de instituição (ou dependência administrativa) e o tipo de contratação desses professores, que muito diz respeito à estabilidade profissional.

A tabela abaixo mostra que a maioria dos professores de Sociologia estão na rede estadual de ensino – 86,8%. O que não é surpresa alguma, tendo em vista que

⁵ “Imaginação sociológica” aqui entendida nos termos de Wright Mill, como o que capacita “seu possuidor a compreender o cenário histórico mais amplo, em termos de seu significado para a vida íntima e para a carreira exterior de numerosos indivíduos” (MILLS, 1982, p. 11).

cabe aos estados da federação a responsabilidade pelo ensino médio, etapa do ensino na qual há a obrigatoriedade da disciplina. Notamos ainda uma pequena quantidade de professores na rede municipal de ensino – que está responsável pelo ensino fundamental.

Tabela 5 - Distribuição dos professores de Sociologia por dependência administrativa.

Dependência administrativa	Frequência	%
Federal	25	1,6%
Estatual	1344	86,8%
Municipal	12	0,8%
Privada	168	10,8%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Censo Escolar 2019 (INEP, 2020).

Acreditamos ser interessante notar a distribuição nas dependências administrativas levando em consideração a formação. Apesar das escolas estaduais contarem com a maioria dos profissionais – e, conseqüentemente, representar o principal local de atuação profissional do licenciado em Ciências Sociais –, apenas 3,87% dos professores têm essa formação e 0,45% são formados no bacharelado. Ou seja, a maioria dos alunos do Ensino Médio de Pernambuco têm profissionais com outras formações como mediadores dos conhecimentos sociológicos. Ao passo que a rede federal de ensino – os Institutos Federais, o Colégio de Aplicação e o Colégio Militar, por exemplo – tem 60% dos professores de Sociologia formados em Ciências Sociais, seja licenciatura ou bacharelado. Os dados estão detalhados na tabela abaixo:

Tabela 6 - Distribuição dos professores de Sociologia formados em Ciências Sociais.

Dependência administrativa	Nº total de professores	Formados em Licenciatura em Ciências Sociais	Formados em Bacharelado em Ciências Sociais
Federal (%)	25	5 (20%)	10 (40%)
Estadual (%)	1344	52 (3,87%)	6 (0,45%)
Municipal (%)	12	0 (%)	0 (%)
Privada (%)	168	10 (5,95%)	3 (1,75%)
Total (%)	1549	67 (4,32%)	19 (1,23%)

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Censo Escolar 2019 (INEP, 2020)

Quanto à formação em cursos de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado), temos os seguintes números:

Tabela 7 - Distribuição dos professores de Sociologia com pós-graduação por dependência administrativa.

Dependência administrativa	Nº total de professores	Especialização	Mestrado	Doutorado	Total
Federal (%)	25	2 (8%)	18 (72%)	5 (20%)	25 (100%)
Estadual (%)	1344	500 (37,2%)	28 (2,1%)	0 (0%)	528 (39,3%)
Municipal (%)	12	3 (25%)	0 (0%)	0 (0%)	3 (25%)
Privada (%)	168	44 (26,2%)	13 (7,74%)	2 (1,2%)	59 (35,12%)
Total (%)	1549	549 (35,44%)	59 (3,8%)	7 (0,45%)	615 (39,7%)

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Censo Escolar 2019 (INEP, 2020).

Nota-se o alto número de professores da rede estadual que cursaram uma especialização. Entretanto, esse número cai drasticamente na medida em que se aumenta o título. Imaginamos que esse fenômeno esteja relacionado com políticas de formação continuada empregadas pelo governo estadual e a impossibilidade, por vários fatores (alta carga-horária, por exemplo), de professores se dedicarem a cursos de mestrado e doutorado, mais longos e que demandam maior dedicação. Na rede federal, notamos que 100% dos professores cursaram algum tipo de pós-graduação, com destaque para mestrado e doutorado.

O último fator analisado é o tipo de contratação. Entender a forma que os profissionais estão contratados diz muito a respeito ao quão estabilizados estão em seus cargos. Ao observar a tabela abaixo⁶, notamos que mais da metade dos professores de Sociologia do estado estão sob contratos temporários. Bodart e Sampaio-Silva (2019) alertam para a relação entre contratos temporários e precarização e entre a falta de estabilidade na carreira e impactos negativos na atuação e na saúde psíquica dos professores. Além disso, a falta de estabilidade do professor – principalmente na rede estadual – resulta em “maior rotatividade de

⁶ O INEP não traz essa informação para professores de escolas privadas.

professores nas escolas, prejudicando a qualidade do processo de ensino-aprendizagem” (BODART; SAMPAIO-SILVA, 2019, p. 511). A tabela abaixo detalha o tipo de contratação por dependência administrativa:

Tabela 8 - Distribuição dos professores de Sociologia por tipo de contratação por dependência administrativa.

Dependência administrativa	Concursado/efetivo/estável	Temporário	Terceirizado	Contrato CLT
Federal (%)	23 (92%)	2 (8%)	0 (0%)	0 (0%)
Estatual (%)	644 (47,9%)	687 (51,1%)	10 (0,7%)	3 (0,2%)
Municipal (%)	3 (25%)	9 (75%)	0 (0%)	0 (0%)
Total (%)	670 (48,5%)	698 (50,5%)	10 (0,7%)	3 (0,2%)

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Censo Escolar 2019 (INEP, 2020).

Como podemos perceber, apesar de concentrar o maior número de professores, a rede estadual de ensino conta com mais da metade (51,1%) dos profissionais sob contrato temporário. A rede federal, por outro lado, conta com 92% dos professores de Sociologia sob contrato estável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho se propôs, até aqui, a fazer uma caracterização – entre tantas formas possíveis de fazê-la – dos professores de Sociologia do estado de Pernambuco. Para tanto, utilizamos os microdados do Censo Escolar de 2019, disponibilizados pelo INEP, caracterizando os docentes a partir das variáveis sexo, raça/cor, formação superior, dependência administrativa e tipo de contratação.

Notamos que o corpo docente de Sociologia é composto majoritariamente por mulheres – ainda que a tendência seja cada vez mais a diminuição dessa diferença, como vimos – e pessoas negras (somados pretos e pardos), embora essa maioria não seja condizente com a composição racial da população em geral, que ultrapassa os 50%. Além disso, percebemos um alto percentual de não declarações quanto a raça/cor.

No que diz respeito aos aspectos de formação, temos o seguinte: a maior parte do corpo docente é constituída por formados nas licenciaturas de História, Geografia e Pedagogia; aqueles que cursaram a licenciatura em Ciências Sociais – considerada a formação adequada, de acordo com o INEP – representam 4,3%. Ademais, encontramos diferenças significativas quando comparamos a rede pública – municipal, estadual e federal – e a rede particular de ensino. Apesar da maioria do corpo docente atuar na rede estadual de ensino, é nela que encontramos, proporcionalmente, o menor número de formados em Ciências Sociais – licenciatura ou bacharelado. Quando comparamos a presença de pós-graduados, os dados nos mostraram uma clara diferença: enquanto todos os professores de Sociologia da rede federal cursaram algum nível de pós-graduação, as redes estadual e privada contam com pouco mais de 1/3. A rede estadual, por sua vez, é a que conta, proporcionalmente, com menos mestres e doutores, sendo a maioria especialista.

Por fim, trouxemos a distribuição dos professores por tipo de contratação em cada dependência administrativa. Analisar esse fator se mostrou importante para compreender um aspecto muito caro à qualidade do trabalho docente: a estabilidade profissional. E aqui também encontramos diferenças significativas: enquanto 92% dos professores de Sociologia da rede federal de ensino atuam sob contrato estável, 51,1% dos professores da rede estadual atuam sob contratos temporários.

Ainda que diante das limitações inerentes a uma pesquisa de caráter descritivo, o trabalho pôde mostrar, a partir dos dados e da literatura mobilizada na análise, algumas das dificuldades impostas à consolidação da Sociologia como disciplina escolar: a falta de formação da maior parte dos professores, a rotatividade e a falta de estabilidade profissional – devido aos tipos de contratos – e os obstáculos para a construção da identidade docente.

O cenário nacional ainda está longe do adequado. Mais longe ainda está o cenário pernambucano. Nesses 12 anos, desde a Lei nº. 11.684/08, nada parece ter mudado muito. Os desafios são vários e vão além daqueles tratados aqui. Não

obstante, entender e analisar a situação na qual a disciplina se encontra, seja forma geral e histórica seja a partir dos dados estatísticos focados no perfil dos professores, parece-nos um passo importante para a mudança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BODART, Cristiano. Prática de ensino de sociologia: as dificuldades dos professores alagoanos. *Mediações*, v. 23, n.2, 2018, p. 455-491. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/30442/pdf>>. Acesso em: mai. 2020.

BODART, Cristiano das Neves; SAMPAIO-SILVA, Roniel. Um “raio-x” do professor de sociologia brasileiro: condições e percepções. *Estudos de Sociologia*, v. 2, n. 26, p. 197-233, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235745>>. Acesso em: jun. 2020.

BODART, Cristiano das Neves; SAMPAIO-SILVA, Roniel. Quem leciona sociologia após 10 anos de presença no ensino médio brasileiro? In: BODART, C (Org.). *O Ensino de Sociologia no Brasil. Vol.1*, Maceió: Editora Café com Sociologia, 2019, p. 35-61.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. *Resumo Técnico – versão preliminar*. Brasília, 2020. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/0/Resumo+T%C3%A9cnico+%28vers%C3%A3o+preliminar%29++Censo+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+B%C3%A1sica+2019/73e6de67-2be3-413f-9e4c-90c424d27d96?version=1.0>>. Acesso em: mai. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. *Microdados*. Disponível em: <<http://inep.gov.br/microdados>>. Acesso em: mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. *Indicador de adequação da formação do docente da educação básica*. Brasília, 2014. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2014/docente_formacao_legal/nota_tecnica_indicador_docente_formacao_legal.pdf>. Acesso em: mai. 2020.

CARVALHO, Maria. *Perfil do Professor da Educação Básica. Série Documental Relatos de Pesquisa*. Brasília: INEP/MEC, 2018. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/486324/Perfil+do+Professor+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+B%C3%A1sica/6b636752-855f-4402-b7d7-b9a43ccffd3e?version=1.2>>. Acesso em: mai. 2020.

FEIJÓ, Fernanda. Breve histórico do desenvolvimento do ensino de sociologia no Brasil. *Percursos*. v. 13, n. 01, p. 133-153, jan/jun. 2012. Disponível em:

<<http://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/2508/2071>>. Acesso em: mai. 2020.

PIMENTA, Selma Garrido. *Formação de professores: identidade e saberes da docência*. In: _____. (Org). Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez Editora, 1999, p. 15-34.

MILLS, Wright. *A imaginação sociológica*. 6 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

VICENTE, Daniel; SILVA, Ileize. Quadro nacional dos docentes de sociologia no ensino médio: desafios da formação entre textos, dados e contextos. *O público e o privado*, n. 24, 2014, p. 69-80. Disponível em: <<http://www.seer.uece.br/?journal=opublicoeoprivado&page=article&op=view&path%5B%5D=1069&path%5B%5D=1148>> Acesso em: mai. 2020.

ZARIAS, Alexandre; FERREIRA, Fabiana; FUSCO, Wilson. Profissionalidade e formação continuada em sociologia: desafios para o ensino médio público em Pernambuco. *Teoria e Cultura*, v. 12, n.1, 2017, p. 51-63. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12351>>. Acesso em: mai. 2020.

Recebido em: 30 mai. 2020.

Aceito em: 20 jun. 2020

COMO REFERENCIAR ESTE ARTIGO

SILVA, Artur. Quem são os professores de sociologia de Pernambuco? uma caracterização a partir do Censo Escolar de 2019. *Revista Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais*. CABECS, Rio de Janeiro, v.4, n. 1, p.122-139, 2020.